



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA
ORGANISMO AUTÓNOMO DE FUTEBOL, SDUQ, LDA.

RELATÓRIO E CONTAS

Exmo. Sócio Único

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias apresentamos à vossa apreciação o Relatório de Gestão e as contas do exercício findo em 30 de junho de 2026, correspondente à época desportiva 2025/2026.

1 – INTRODUÇÃO

É com enorme satisfação e sentido de responsabilidade que apresentamos aos associados da **Associação Académica de Coimbra – Organismo Autónomo de Futebol (AAC/OAF)** e ao seu **Sócio Único** o presente Relatório de Gestão, referente à época desportiva que agora termina.

A época que hoje avaliamos ficará, indiscutivelmente, marcada por um momento de enorme relevância na história recente da Académica: **o regresso às Ligas de Futebol Profissional**, concretizado através da subida de divisão, vários anos depois da descida do futebol profissional. Trata-se de uma conquista que ultrapassa largamente a dimensão de um resultado desportivo. Representa o culminar do trabalho, da dedicação, da resiliência e do compromisso de todos aqueles que, ao longo do último ano, contribuíram para a recuperação e afirmação da Académica, pese embora, serem convidados a trabalhar com um dos oito orçamentos mais baixos que disputaram a fase de apuramento de campeão da denominada LIGA 3.

Este feito merece, desde logo, uma palavra especial de reconhecimento e profundo agradecimento aos atletas, que, dentro de campo, assumiram com determinação e profissionalismo a responsabilidade de representar o símbolo da Briosá; à equipa técnica, pelo trabalho desenvolvido, pela competência e pelo compromisso demonstrados ao longo de toda a temporada; e à Direção Desportiva, pelo planeamento, acompanhamento e construção das condições necessárias para alcançar os objetivos definidos. Ou melhor dito; por ter superado os objetivos traçados.

A época desportiva que agora encerramos foi, por isso, uma época pautada pelo sucesso desportivo, mas também por uma evolução muito significativa nas dimensões económica e financeira. O resultado alcançado no plano desportivo foi acompanhado por uma gestão orientada para o rigor, para a sustentabilidade e para o cumprimento das responsabilidades assumidas, consolidando um caminho de recuperação e de construção de um futuro mais sólido para a instituição.

Importa igualmente destacar e agradecer, de forma muito particular, a colaboração total, permanente e institucionalmente muito relevante dos membros da Direção do Sócio Único. A proximidade, o

acompanhamento e a disponibilidade demonstrados ao longo de toda a época foram fundamentais para a concretização dos objetivos definidos e para a tomada das decisões necessárias à condução da AAC/OAF.

Uma palavra de reconhecimento é também devida à **Assembleia Geral e ao Conselho Fiscal**, pela colaboração institucional, pelo acompanhamento e pela disponibilidade demonstrados durante toda a época. O contributo dos órgãos sociais, no âmbito das respetivas competências, constitui uma peça essencial para o funcionamento regular, transparente e responsável da instituição.

Por fim, não podemos deixar de agradecer a todos os **funcionários, colaboradores e prestadores de serviços** que, muitas vezes de forma discreta e longe dos holofotes, asseguraram diariamente o funcionamento da AAC/OAF. O seu profissionalismo, dedicação e compromisso foram igualmente determinantes para que esta época pudesse ser concretizada com o sucesso que hoje temos a responsabilidade de apresentar.

A subida de divisão e o regresso ao futebol profissional constituem, assim, um motivo de orgulho para toda a família Académica, mas também uma responsabilidade acrescida para o futuro. O caminho percorrido demonstra que, através de uma gestão rigorosa, de uma estratégia desportiva coerente e de uma forte união institucional, é possível recuperar a estabilidade e devolver à Académica o lugar que historicamente ocupa no futebol português.

É com esse sentido de responsabilidade, mas também com a confiança renovada que esta época nos proporciona, que apresentamos aos Associados e ao Sócio Único o presente **Relatório de Gestão**, dando conta do trabalho desenvolvido, dos resultados alcançados e dos principais acontecimentos que marcaram uma temporada que ficará, seguramente, na história recente da AAC/OAF.

2. Cumprimento do Plano de Recuperação e Regularização Financeira

No período em análise, a Sociedade Desportiva pautou a sua atuação pelo cumprimento dos pressupostos essenciais estabelecidos no **Plano de Recuperação aprovado no âmbito do processo de insolvência**, assegurando a execução das medidas e compromissos essenciais nele previstos.

A Gerência da SDUQ considera particularmente relevante destacar que, durante o exercício, foi possível **cumprir os principais compromissos financeiros e operacionais assumidos**, contribuindo para a consolidação da estabilidade económica e financeira da Sociedade e para o reforço da sua credibilidade perante credores, entidades públicas, parceiros comerciais e demais parceiros.

3. Cumprimento das Obrigações perante o Estado

A Sociedade manteve, ao longo do período em análise, uma política de rigoroso cumprimento das suas obrigações perante o Estado.

Neste âmbito, foram assegurados:

- O cumprimento das obrigações fiscais e contributivas correntes;
- O cumprimento do acordo estabelecido relativamente à dívida existente;
- O pagamento regular das obrigações geradas no período corrente;
- A **regularização e liquidação de valores que se encontravam em situação de incumprimento desde a homologação do Plano de Recuperação**.

Este processo de regularização assume particular importância, uma vez que permitiu reduzir o nível de incumprimento existente e reforçar a sustentabilidade da estrutura financeira da SDUQ, mantendo simultaneamente o cumprimento das obrigações correntes.

4. Crescimento e Diversificação das Receitas

Paralelamente ao esforço de consolidação financeira, a Sociedade Desportiva registou uma evolução positiva na sua capacidade de geração de receitas.

Verificou-se um **aumento das receitas provenientes de várias áreas de exploração comercial**, nomeadamente:

- **Camarotes e áreas VIP**, através do reforço da sua comercialização e valorização;
- **Publicidade**, com crescimento da exploração dos diferentes espaços e ativos publicitários;
- **Patrocínios**, através da angariação e consolidação de parceiros comerciais;
- **Comercialização do espaço publicitário da camisola oficial da equipa principal**, que constituiu uma importante fonte adicional de receita e simultaneamente um instrumento de valorização da marca da Sociedade.

A evolução destas receitas demonstra o esforço desenvolvido pela Gerência no sentido de **diversificar as fontes de financiamento da Sociedade**, reduzindo a dependência de receitas exclusivamente associadas à atividade desportiva e potenciando a valorização dos seus ativos comerciais e da sua marca.

5. Síntese da Gestão

O exercício em análise fica, assim, marcado por três linhas fundamentais de atuação:

Cumprimento → Regularização → Crescimento

A SDUQ cumpriu os compromissos fundamentais assumidos no âmbito do Plano de Recuperação, regularizou obrigações que se encontravam em incumprimento e, simultaneamente, desenvolveu novas fontes de receita e reforçou as receitas provenientes da sua atividade comercial.

Este conjunto de medidas permitiu criar condições para uma **maior estabilidade financeira, maior previsibilidade da gestão e preparação da Sociedade para uma nova fase de crescimento sustentado**, sempre com a preocupação de compatibilizar a ambição desportiva com o rigor económico e financeiro.

Importa, contudo, salientar que, **não obstante todo o esforço desenvolvido e os resultados alcançados nas diferentes áreas de intervenção, a Sociedade Desportiva continua a apresentar resultados líquidos negativos**, mantendo-se, por isso, numa situação que exige particular atenção e uma estratégia clara de sustentabilidade para o futuro.

A continuidade da atividade da Sociedade tem sido possível através do **constante e relevante apoio financeiro do Sócio Único, nomeadamente através de sucessivos aportes à tesouraria**, que têm permitido assegurar o cumprimento das obrigações e garantir a continuidade da atividade.

Esta realidade, que deve ser assumida com total transparência perante os Associados, demonstra que o atual modelo societário e financeiro apresenta limitações que importa ultrapassar. O crescimento da atividade, o regresso às Ligas de Futebol Profissional e o aumento das exigências associadas à competição profissional tornam ainda mais evidente a necessidade de dotar a Sociedade de uma estrutura financeira e empresarial mais robusta, diversificada e sustentável.

É neste contexto que esta Direção entende ser fundamental **avancar com o processo de transformação da atual sociedade unipessoal por quotas numa Sociedade Anónima Desportiva (SAD)**, objetivo que foi definido como uma das prioridades estratégicas do seu mandato.

A transformação societária não deverá ser encarada apenas como uma alteração da forma jurídica da Sociedade, mas sobretudo como uma oportunidade para **reforçar os capitais próprios, diversificar as fontes de financiamento, captar investimento e novos parceiros, profissionalizar ainda mais a estrutura de gestão e criar condições para uma sustentabilidade económica e financeira de longo prazo.**

O regresso ao futebol profissional constitui uma conquista de enorme significado para a Académica. Porém, representa também uma nova responsabilidade e coloca novos desafios à gestão da Sociedade. **O objetivo não poderá ser apenas regressar ao futebol profissional, mas criar as condições para nele permanecer de forma sustentável,** reduzindo progressivamente a dependência financeira do Sócio Único e assegurando um modelo económico capaz de suportar as exigências do futebol profissional.

É, portanto, com realismo quanto às dificuldades existentes e com ambição quanto ao futuro que esta Direção assume a transformação da Sociedade num dos seus principais objetivos estratégicos, procurando construir uma estrutura sólida, sustentável e preparada para os desafios das próximas épocas.

Passando assim à análise das contas do exercício, temos que:

O **Ativo Líquido**, regista o montante de 537.136,11€, o qual, quando comparado com o da época anterior, regista um decréscimo de cerca de **6%** e resulta essencialmente do movimento ocorrido na rubrica de Clientes, através do registo de imparidades no montante de 174.263,82 €.

Quanto ao **Passivo Geral**, temos que o montante de 5.214.311,92€ resulta dos valores líquidos de dívidas a Fornecedores, Financiamentos Obtidos, ao Estado e Outros Entes Públicos, e ainda a Outras Dividas a Pagar.

Refira-se que o saldo da rubrica **Estado e Outros Entes Públicos** se encontra regularizada através de planos prestacionais, constituídos pra o efeito e que estão a ser integralmente cumpridos.

A rubrica “**Outras Dividas a Pagar**” engloba o registo dos acréscimos contabilísticos efetuados no procedimento de encerramento de contas, bem como, incorpora o montante de 2.217.157,90€ cujo credor é o sócio único AAC/OAF, decorrente dos empréstimos feitos à SDUQ.

RENDIMENTOS E GASTOS

Na Estrutura de Gastos iremos analisar as rubricas, como segue:

Na rubrica **Fornecimentos e Serviços Externos** o montante cifrou-se em 487.219,89€, o qual, quando comparado com a época anterior regista um acréscimo de cerca de 4%.

A rubrica **Gastos com o Pessoal** regista o montante de 574.290,41€ e incorpora todos os gastos efetivos com Atletas, Treinadores, Pessoal Restante, bem como os prémios atribuídos pela concretização da subida de divisão, o qual, quando comparado com a época anterior regista um acréscimo de cerca de 6%.

Quanto aos **Gastos de Financiamentos** registam o montante de 32.490,08€ e respeitam a juros de mora.

A rubrica. Outros **Rendimentos** regista o montante de 454.953,47€, e para este montante em muito contribuíram as receitas de publicidade, as quais, ascenderam ao montante de 318.813,61€, sendo o restante

valor obtido através de direitos sobre atletas no montante de 51.343,70€, receitas de Camarotes no montante de 55.705,24€ e ainda de Outros rendimentos.

De referir ainda o registo de imparidades no montante de 207.714,74€ como gasto.

7- RESULTADOS

Do acima exposto, resultou um **Resultado Líquido do Período**, após impostos,
negativo de **645.755,22€**.

Atendendo à exploração do exercício, uma vez, que estamos a falar de uma sociedade desportiva que é detida por um único sócio, atendendo a esta especificidade, é natural e obrigatório que este resultado seja interpretado após o apuramento do resultado do sócio único. Não obstante, não podemos deixar de considerar, que comparativamente ao ano anterior o mesmo só não demonstra uma redução do resultado negativo em **79.525,65€**, devido ao facto, de no ano imediatamente anterior ter havido uma receita extraordinária decorrente da venda dos direitos desportivos do atleta Diogo Amado que resultou num encaixe financeiro de 275.000€.

8 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Desde já manifestamos plena disponibilidade para apresentar e debater com o nosso sócio todas as rubricas do presente Relatório e Contas do exercício findo a 30 de junho de 2026, baseado no rigor e total transparência de procedimentos, cujo resultado final se traduziu num resultado negativo de **645.755,22€** propondo que seja mantido na conta de **Resultados Transitados**.

9 – SITUAÇÃO FACE AO ARTº. 35 DO CÓDIGO DAS SOCIEDADE COMERCIAIS

Resultando das contas que metade do capital social se encontra perdido, implicando um capital próprio negativo em **4.677.175,81€**. Apresentou a Gerência um pedido de insolvência da empresa o qual foi homologado encontrando-se em curso o respetivo plano de recuperação, através do qual, esperamos vir a inverter esta situação dentro de um espaço temporal consistente com o referido plano.

Coimbra, 18 de setembro de 2026

A Gerência,

Assinado por: Joaquim Pedro Cardoso dos Reis
Num. de Identificação: BI09759433
Data: 26-09-2026 18:24:13 +01:00



Assinado por: Salvador Manuel Fareleiro Lacerda
Arnaut
Num. de Identificação: BI10529533
Data: 26-09-2026 18:23:08 +01:00



Assinado por: Isabel Margarida Pereira da Costa
Garrido
Num. de Identificação: BI07637892
Data: 26-09-2026 18:09:11 +01:00





ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA - OAF SDUQ, LDA

BALANÇO INDIVIDUAL EM 30 DE JUNHO DE 2026

(Euro)

		Época 2025/2026	
RUBRICAS	NOTAS	30-06-2026	30-06-2025 Reexpresso
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	8	825,00	729,14
Ativos Intangíveis	9	2 797,26	1 337,82
Outros investimentos financeiros	11	9 571,40	9 571,40
		13 193,66	11 638,36
Activo corrente			
Clientes	12	58 468,07	239 974,50
Estado e outros entes publicos	17	0,00	15 878,46
Outros creditos a receber	13	451 690,60	258 984,25
Diferimentos		6 891,30	6 894,71
Caixa e depósitos bancários	5	6 892,48	39 063,92
		523 942,45	560 795,84
Total do Activo		537 136,11	572 434,20
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital Subscrito	14	500 000,00	500 000,00
Outros Instrumentos Capital Proprio	19	6 548 317,97	6 548 317,97
Resultados Transitados	18	-11 104 738,56	-10 641 681,17
Ajustamentos/Outras Variações no Capital Proprio		25 000,00	25 000,00
Resultado liquido do período		-645 755,22	-448 197,31
Total do Capital Próprio		-4 677 175,81	-4 016 560,51
Passivo			
Passivo não corrente			
Fornecedores		117 366,03	136 987,15
Estado e outros entes públicos	17	1 121 740,29	1 505 066,76
Financiamentos Obtidos	15	135 489,58	151 141,53
Outras Dividas a Pagar	16	540 204,55	593 845,38
Total do Passivo não Corrente		1 914 800,45	2 387 040,82
Passivo Corrente			
Fornecedores		171 897,55	138 202,40
Adiantamento de Clientes		0,00	21 875,00
Estado e outros entes públicos	17	475 962,63	324 264,16
Financiamentos Obtidos	15	38 695,50	28 260,91
Outras Dividas a Pagar:	16	2 590 208,72	1 689 038,92
AAC/OAF (Sócio)		2 217 157,90	1 351 068,09
Outros		373 050,82	337 970,83
Diferimentos		22 747,07	312,50
Total do Passivo Corrente		3 299 511,47	2 201 953,89
Total do Passivo		5 214 311,92	4 588 994,71
Total do Capital Próprio e do Passivo		537 136,11	572 434,20

Assinado por: **António Manuel Ferreira Amaral**
Coimbra, 30 de Junho de 2026
Num. de Identificação: 0658227
Data: 2026.09.26 18:54:05 +01:00

Assinado por: **Salvador Manuel Fareiro Lapa**
Amaut
Num. de Identificação: 816282634
Data: 2026-09-26 19:10:01 +01:00

Assinado por: **Isabel Margarida Pereira da Costa**
Garido
Num. de Identificação: BI07637892
Data: 26-09-2026 19:07:33 +01:00



CHAVE MÓVEL



CHAVE MÓVEL



CHAVE MÓVEL



CHAVE MÓVEL

ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA - OAF SDUQ, LDA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026

(Euro)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Época 2025/2026	
		2025/2026	2024/2025 Reexpresso
Vendas e serviços prestados	22	170 210,23	35 636,49
Subsídios à exploração		55 985,40	79 181,82
Fornecimentos e serviços externos	23	-487 219,89	-466 493,87
Gastos com pessoal	21	-574 290,41	-540 010,81
Imparidades (Perdas/Reversões)	13	-207 714,74	-245 651,98
Outros rendimentos	25	454 953,47	744 170,30
Outros gastos	24	-22 101,50	-26 241,18
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-610 177,44	-419 409,23
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8	-1 004,14	-728,93
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-611 181,58	-420 138,16
Juros e gastos similares suportados	20	-32 490,08	-28 059,15
Resultado antes de impostos		-643 671,66	-448 197,31
Imposto sobre rendimento do período		-2 083,56	0,00
Resultado líquido do período		-645 755,22	-448 197,31

Coimbra, 30 de Junho de 2026

O Contabilista Certificado
Cedula Profissional n° 49438 (OCC)

A GERÊNCIA

Assinado por: António Manuel Ferreira Amaral
Num. de Identificação: BI06582270
Data: 25-09-2026 23:34:39 +01:00



Assinado por: Joaquim Pedro Cardoso dos Reis
Num. de Identificação: BI09759433
Data: 26-09-2026 00:05:46 +01:00



Assinado por: Salvador Manuel Fareleiro Lacerda
Arnaut
Num. de Identificação: BI10529533
Data: 25-09-2026 23:57:16 +01:00



Assinado por: Isabel Margarida Pereira da Costa
Garrido
Num. de Identificação: BI07637892
Data: 25-09-2026 17:57:36 +01:00





Demonstração Individual das alterações no capital próprio no período N-1, em 30 de Junho de 2026

DESCRIÇÃO		NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital										Total
			Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros inst. de capital próprio	Prémios emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes revalorização	Ajustamentos/O. v. capital próprio	Resultado líquido período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	1		500 000,00		6 548 317,97					(9 853 492,72)	25 000,00	-803 044,03	-3 583 218,78
		Outras alterações reconhecidas no capital próprio								-6 104,43	0,00	0,00	-6 104,43
RESULTADO LÍQUIDO PERÍODO	2		0,00	0,00	6 548 317,97	0,00	0,00	0,00	0,00	-6 104,43	0,00	0,00	-6 104,43
RESULTADO INTEGRAL	3											-448 197,31	-448 197,31
	4=2+3											-448 197,31	-454 301,74
Outras Operações										(803 044,03)		803 044,03	0,00
	4				0,00					(803 044,03)		803 044,03	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N	5=1+2+3+4		500 000,00	0,00	6 548 317,97	0,00	0,00	0,00	0,00	-10 662 641,18	25 000,00	-448 197,31	-4 016 560,51

Coimbra, 30 de Junho de 2026

O Contabilista Certificado

Cedula Profissional nº 49438 (OCC)

A Gerência

Assinado por: António Manuel Ferreira Amaral

Num. de identificação: B106582270

Data: 25-09-2026 23:20:40 +01:00



Assinado por: Salvador Manuel Fareiro Lacerda

Arnaut

Num. de identificação: B110529533

Data: 25-09-2026 23:54:20 +01:00



Assinado por: Isabel Margarida Pereira da Costa

Garrido

Num. de identificação: B107637892

Data: 25-09-2026 23:03:28 +01:00





Demonstração Individual das alterações no capital próprio no período N em 30 de Junho de 2026

DESCRÇÃO		NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital										Resultado líquido período	Total
			Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros inst. de capital próprio	Prêmios emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes reavaliação	Ajustamentos/O. V. capital próprio			
6	POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N		500 000,00		6 548 317,97						(10 627 530,81)	25 000,00	-448 197,31	-4 002 410,15
	Outras alterações reconhecidas no capital próprio				0,00						-29 010,44		0,00	-29 010,44
7			0,00	0,00	6 548 317,97	0,00	0,00	0,00			-29 010,44	0,00	0,00	-29 010,44
8	RESULTADO LÍQUIDO PERÍODO												-845 755,22	-845 755,22
9-7+8	RESULTADO INTEGRAL												(845 755,22)	-874 785,68
	Outras operações				0,00						-448 197,31		448 197,31	0,00
10			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		-448 197,31	0,00	448 197,31	0,00
6+7+8+10	POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N		500 000,00	0,00	6 548 317,97	0,00	0,00	0,00	0,00		-11 104 738,56	25 000,00	-845 755,22	-4 677 175,81

Coimbra, 30 de Junho de 2026

O Contabilista Certificado

Cedúla Profissional n.º 49438 (OCC)

Assinado por: António Manuel Ferreira Amaral
Num. de identificação: B106582270
Data: 26-09-2026 00:01:00 +01:00



Assinado por: Salvador Manuel Fareiro Lacerda
Arnaut
Num. de identificação: B110529533
Data: 26-09-2026 11:42:02 +01:00



A Gerência

Assinado por: Joaquim Pedro Cardoso dos Reis
Num. de identificação: B109759433
Data: 26-09-2026 11:36:31 +01:00



Assinado por: Isabel Margarida Pereira da Costa
Garido
Num. de identificação: B107637892
Data: 25-09-2026 18:00:29 +01:00





ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA OAF, SDUQ, LDª.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 30-06-2026

(Euro)

RUBRICAS	Notas	2025-2026	2024-2025
ATIVIDADES DE OPERACIONAIS			
Recebimentos de Clientes		566 694,63	1 035 112,52
Pagamentos a Fornecedores		-394 052,51	-618 910,05
Pagamentos ao Pessoal		-579 120,31	-530 532,82
Caixa gerada pelas operações		-406 478,19	-114 330,35
Outros Recebimentos/Pagamentos		-367 053,93	-481 043,07
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-773 532,12	-595 373,42
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Ativos Fixos Tangíveis		-1 100,00	0,00
Ativos Intangíveis		-1 459,48	0,00
Fluxos de caixa das atividades Investimento		-2 559,48	0,00
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Outras operações de financiamento		780 691,83	661 287,69
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos		-5 217,00	-5 217,00
Juros e gastos similares		-32 490,08	-28 059,15
Outras operações de financiamento		0,00	-50 537,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		742 984,75	577 474,54
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-33 106,85	-17 898,88
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		39 999,33	57 898,21
Caixa e seus equivalentes no fim do período		6 892,48	39 999,33

Coimbra, 30 de Junho de 2026

O Contabilista Certificado

Cédula Profissional nº 49438(OCC)

Assinado por: António Manuel Ferreira Amaral
Num. de Identificação: BI06582270
Data: 25-09-2026 23:36:13 +01:00



A GERÊNCIA

Assinado por: Joaquim Pedro Cardoso dos Reis
Num. de Identificação: BI09759433
Data: 26-09-2026 00:06:32 +01:00



Assinado por: Salvador Manuel Fareleiro Lacerda
Amaut
Num. de Identificação: BI10529533
Data: 25-09-2026 23:58:47 +01:00



Assinado por: Isabel Margarida Pereira da Costa
Garrido
Num. de Identificação: BI07637892
Data: 25-09-2026 18:06:22 +01:00



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2026

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Associação Académica de Coimbra – Organismo Autónomo de Futebol, SDUQ, LDA., teve a sua constituição em 21 de Junho de 2013, tendo o início de atividade ocorrido em 01 de Julho de 2013, por imposição legal através do Decreto-Lei nº 10/2013 e tem como sócio único o clube fundador a Associação Académica de Coimbra-Organismo Autónomo de Futebol, é uma pessoa coletiva de direito privado, dura por tempo indeterminado e tem a sua sede na Rua Infanta D. Maria, nº 23, em Coimbra.

A Entidade dedica-se ao exercício de Atividades dos Clubes Desportivos – Futebol Profissional, com o CAE nº 93120

2 - REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referencial Contabilístico:

As demonstrações financeiras foram preparadas, em todos os seus aspetos materiais, preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Dec. Lei nº. 158/2009, de 13 de Julho.

2.2 – Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros e foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro.

3 - ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF

A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2013 na data da sua constituição.

4 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

4.1 – MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO:

As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

4.2 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que se encontram disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta e de acordo com o seu período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem às seguintes vidas úteis:

	Anos de vida útil
Equipamento administrativo	3
Outros ativos fixos tangíveis	8

4.3 – ACTIVOS INTANGÍVEIS:

Os ativos intangíveis referem-se a direitos de propriedade sobre os passes de jogadores, acrescidos de prémios de assinatura de contrato e respetivos encargos patronais, bem como, dos montantes pagos a intermediários pela celebração dos respetivos contratos, e estão refletidos no balanço ao custo de aquisição.

Dada a especificidade de cada um dos ativos contabilizados, optou-se por efetuar amortizações anuais de acordo com a duração de cada contrato, pelo que as taxas aplicadas variam consoante o tempo em que vigorar cada um dos contratos.

4.4 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas pelo seu custo amortizado. Sempre que há lugar a imparidade destas contas, as mesmas são estabelecidas quando se verifica evidência objetiva da impossibilidade de recebimento da totalidade dos montantes em dívida, sendo a mesma reconhecida na demonstração de resultados.

4.5 – EMPRESTIMOS

Os empréstimos são reconhecidos ao custo amortizado, sendo que os custos líquidos de transação são reconhecidos na demonstração de resultados, ao longo do período do empréstimo, utilizando a taxa efetiva. Estes empréstimos estão classificados como passivo corrente e não corrente, consoante a exigibilidade de liquidação for ou não superior a 12 meses.

4.6 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Sociedade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas coletivas (IRC) à taxa de 20%. É ainda aplicada uma taxa de derrama de 1,5% sobre o lucro tributável, bem como são tributados autonomamente os encargos previstos no art. 88^a. do Código do IRC, às taxas também aí regulamentadas.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos e cinco para a Segurança Social, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que os prazos podem ser alargados ou suspensos.

A Sociedade procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

4.7 - IMPARIDADE DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Sempre que exista algum indicador de que os ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a existência e dimensão da perda por imparidade. Quando não for possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor das unidades geradoras de caixa a que esse ativo pertence.

4.8 - ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o pressuposto do acréscimo, independentemente da data/momento do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor não seja conhecido são estimados.

4.9 - RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos e é reconhecido líquido de impostos relacionados com a venda.

4.10 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4.11 - JUÍZOS DE VALOR, PRESSUPOSTOS CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

5 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As entradas e saídas de meios monetários, as suas origens e destinos, ocorridas durante o período de relato, estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa não havendo qualquer limitação ao seu uso nem interferência com entidades relacionadas que alterassem o seu controlo ou a sua disponibilidade.

O caixa e seus equivalentes, incluem caixa e depósitos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço no passivo corrente, na rubrica Financiamentos Obtidos.

O valor inscrito no Balanço é constituído por dinheiro e depósitos bancários e é imediatamente realizável e sem risco de flutuações de valor, conforme se demonstra:

	2024-2025	2025-2026
Caixa	0	0
Depósitos à ordem	39 059	6 888
Outros Depósitos Bancários	5	5
Total Balanço	39 064	6 892

6 – ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÕES DE ERROS

Durante o exercício findo em 30 de junho de 2026, foram registados valores na conta resultados transitados por respeitarem a época anterior 2024/2025, os quais decorrem de documentos não considerados na especialização efetuada em exercícios anteriores as quais podem ser analisadas pelo mapa seguinte:

DF'2024/2025	Valor aprovado	Ajustamentos	Valor Final
Balanço:			
Resultado Líquido do Exercício	-441 143	-7 054	-448 197
Total ajustado		-7 054	
Passivo Corrente			
Fornecedores	112 746	25 456	138 202
Outras Contas a Pagar	321 008	16 962	337 971
Total ajustado		7 054	

Demonstração de Resultados:

FSE	-435 071	-31 423	-466 494
Gastos c/ Pessoal	-537 420	-2 591	-540 011
Outros Rendimentos Época 2024/2025	717 210	26 960	744 170

7- Partes Relacionadas

Como referido a entidade é participada por outra pessoa coletiva, a AAC-OAF que detém 100,00 % do capital.

7.1 Remuneração do pessoal chave da gestão:

Ao longo da época que terminou em 30.06.2026 os membros da direção não receberam qualquer tipo de remuneração nem tiveram outros benefícios equiparados.

7.2 Transações entre partes relacionadas e saldos pendentes:

As transações entre a Entidade e Entidade relacionada ocorridas durante a época de 2025/2026, e os saldos registados em 30 de junho de 2026, são apresentados nos quadros que se seguem:

SALDOS PENDENTES	Empresa-Mãe	2024-2025	2025-2026
Conta de acionistas/sócios	Saldo Credor	1 351 068	2 217 158
Conta cliente		8 101	12 428

VALOR DAS TRANSAÇÕES	Empresa-Mãe	2024-2025	2025-2026
Rendas e alugueres		60 000	60 000
Cedência de Pessoal		46 278	83 300
Outras operações		645 761	866 090

Devemos referir ainda que com base num contrato estabelecido entre as partes, o qual, contempla a utilização por parte da SDUQ dos equipamentos desportivos, administrativos, médicos e viaturas do Clube, foi acordado o pagamento do montante de 60.000,00 para a época em causa, o qual, já se encontra considerado nos gastos deste exercício e relevado em acréscimos de gastos.

8 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis podem ser analisados pelo mapa que se segue:

Em 30 de Junho de 2025, podem ser analisados os movimentos pelo mapa que se segue:

Descrição	Terrenos	Edifícios	Equip. básico	Equip. transp.	Equip. adm.	Outros	TOTAL
Valor bruto no início	0	0	0	0	2 866	4 165	7 031
Depreciações acumuladas	0	0	0	0	2 866	3 436	6 302
Saldo no início do período	0	0	0	0	0	729	729
Total de aumentos	0	0	0	0	0	0	0
Total de diminuições	0	0	0	0	0	0	0
Depreciações do período	0	0	0		0	0	0
Outras transferências						0	0
Saldo no fim do período	0	0	0	0	0	729	729

Em 30 de Junho de 2026, podem ser analisados os movimentos ocorridos pelo mapa que se segue:

Descrição	Terrenos	Edifícios	Equip. básico	Equip. transp.	Equip. adm.	Outros	TOTAL
Valor bruto no início	0	0	0	0	2 866	4 165	7 031
Depreciações acumuladas	0	0	0	0	2 866	3 436	6 302
Saldo no início do período	0	0	0	0	0	729	729
Total de aumentos	0	0	0	0	0	1100	1100
Total de diminuições	0	0	0	0	0	0	0
Depreciações do período	0	0	0		0	1004	1004
Outras transferências						0	0
Saldo no fim do período	0	0	0	0	0	825	825

9 – ATIVOS INTANGÍVEIS

O valor apresentado nesta rubrica, no montante de 2.797,26€ respeita ao desenvolvimento em curso da plataforma informática Itowin, cuja conclusão está prevista ocorrer na época 2026/2027.

10 – CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos por aplicação do princípio da especialização dos exercícios. Durante o período não foi capitalizada qualquer importância em ativos relativa a custos de empréstimos obtidos

11 – OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A empresa detém em 30-06-2026, uma participação na Caixa Agrícola contabilizada pelo método do custo no montante de 500,00 €, sendo que esta participação também era detida em 30-06-2025.

Em 30-06-2026 e 30-06-2025 a empresa detinha unidades de participação no “Fundo de Compensação do Trabalho”, valorizadas ao justo valor por € 9.071,40€ e 9.071,40€, respetivamente.

12 – CLIENTES

Em 30 de Junho de 2026 e 2025 a rubrica “Clientes” tinha a seguinte decomposição:

Clientes	2024-2025	2025-2026
Clientes c/c	239 974	58 468
Clientes c/ títulos a pagar	0	0
Clientes cobrança duvidosa	1 849 512	2 023 776
Imparidades de clientes	-1 849 512	-2 023 776
Totais	239 974	58 468

13 – OUTROS CREDITOS A RECEBER

Em 30 de Junho de 2026 e 2025 os montantes reconhecidos na rubrica “Outros Créditos a Receber” decompunham-se da seguinte forma:

Outras Contas a Receber	2024-2025	2025-2026
Acréscimo de Rendimentos	85 008	122 576
Outros devedores	735 925	834 166
Saldos devedores fornecedores	81 397	82 042
Imparidades de fornecedores devedores	-69 714	-74 393
Adiantamentos ao pessoal	28 533	118 269
Imparidades de outros devedores	-602 165	-630 990
	258 984	451 691

No período findo em 30 de Junho de 2025 foram registadas imparidades no montante de 232.613,98€ e no período findo em 30 de Junho de 2026 foram reconhecidos 33.450,92€ de imparidades na Demonstração de Resultados, relacionadas com esta rubrica.

14 – CAPITAL

O capital social no montante de 500.000,00, encontra-se totalmente subscrito e realizado.

15 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os empréstimos podem ser analisados pelo mapa que se segue, respeitam a financiamentos e saldos bancários, e estão integralmente valorizados em euros e vencem juros a taxas de mercado.

Corrente	2024-2025	2025-2026
Empréstimos bancários	28 261	5 217
Descobertos bancários	0	0
Outros Financiamentos	0	33 479
Totais	28 261	38 696
Não Corrente	2024-2025	2025-2026
Empréstimos bancários	43 478	43 914
Outros Financiamentos	107 663	91 575
Totais	151 141	135 489

16 – OUTRAS DIVIDAS A PAGAR

Em 30 de Junho de 2026 e 2025 o detalhe das importâncias reconhecidas em “Outras Dividas a Pagar” era o seguinte:

Corrente	2024-2025	2025-2026
Pessoal	73 058	45 587
Fornec. Investimentos	14 646	14 646
Acréscimos de gastos	120 189	83 330
Acionistas (Sócios)	1 351 068	2 217 158
Outros credores	130 077	229 487
Totais	1 689 039	2 590 209
Não Corrente	2024-2025	2025-2026
Acréscimos de gastos	593 845	540 205
Totais	593 845	540 205

17 – ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS

O movimento ocorrido nesta rubrica pode ser analisado pelo quadro que se segue:

ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA - ORGANISMO AUTÓNOMO DE FUTEBOL SDUQ, LDA

Estado e Outros Entes Públicos	2024-2025	2025-2026
Ativo		
IVA a recuperar	15 878	0
Totais	15 878	0
Passivo		
Corrente		
IRS - Trabalho dependente/independente	150 356	381 729
IVA	0	11 964
IRC	0	2 084
Segurança Social	166 489	72 765
Fundo compensação	7 419	7 419
Totais	324 264	475 963
Passivo		
Não Corrente		
Autoridade Tributária	1 013 170	683 024
Segurança Social	491 897	438 716
Totais	1 505 067	1 121 740

18 – RESULTADOS TRANSITADOS

Os movimentos ocorridos nesta rubrica nos exercícios findos em 30 de Junho de 2026 e 2025 podem ser analisados como se segue:

Resultados Transitados	2024-2025	2025-2026
Saldo Inicial	-9 853 493	-10 662 641
Aplicação Resultados	-803 049	-448 197
Regularizações/Ajustamentos exercícios anteriores	14 861	-29 010
Totais	-10 641 681	-11 104 738

19 – OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento reconhecido nesta rubrica resultou da conversão do crédito do sócio único em prestações suplementares, conforme definido no plano de insolvência homologado judicialmente em Abril de 2023.

20 – GASTOS DE FINANCIAMENTO LIQUIDOS

Os movimentos ocorridos nesta rubrica nos exercícios findos em 30 de Junho de 2026 e 2025 podem ser analisados como se segue:

Gastos Financeiros	2024-2025	2025-2026
Juros e gastos similares suportados	0	0
Juros de mora	28 059	31 725
Outros	0	765
Totais	28 059	32 490

21 – GASTOS COM O PESSOAL

Em 30 de Junho de 2025 e 2026 a repartição dos gastos com o pessoal foi a seguinte:

Gastos com Pessoal	2024-2025	2025-2026
Salários	378 733	405 470
Contribuições	62 225	65 325
Outros	99 053	103 496
Totais	540 011	574 290

O número médio de empregados ao serviço da empresa, na época 2024-2025 e 2025-2026, foi de:

	2024-2025	2025-2026
Atletas e Equipa técnica	15	14
Restantes	8	8
Total	23	22

22 – VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Esta rubrica pode ser analisada pelo mapa que se segue:

	2024-2025	2025-2026
Bilhetes de Jogo	35 636	149 949
Prestações de Serviços	0	20 262

Totais

35 636

170 210

23 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os movimentos da rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” tiveram a seguinte decomposição:

Rubricas	2024-2025	2025-2026
Trabalhos especializados	63 899	53 909
Publicidade e propaganda	8 400	7 200
Vigilância e segurança	39 900	54 468
Honorários	155 023	177 217
Comissões	844	5 018
Conservação e reparação	14 378	837
Outros	667	1 125
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	0	27
Material de escritório	252	41
Artigos p/ Oferta	2 760	3 141
Deslocações e estadas	31 506	36 929
Rendas e alugueres	110 009	99 301
Comunicação	1 092	792
Seguros	3 461	4 274
Limpeza, higiene e conforto	9 000	23 139
Outros	25 305	19 804
Totais	466 494	487 220

24 – OUTROS GASTOS

O movimento ocorrido nesta rubrica pode ser analisado no quadro que se segue:

Outros Gastos	2024-2025	2025-2026
Impostos e taxas	3 955	6 153
Outros Gastos e Perdas	22 286	15 949
Totais	26 241	22 101

25 – OUTROS RENDIMENTOS

Em 30 de Junho de 2026 e 2025 a composição dos outros rendimentos foi a seguinte:

Outros Rendimentos e Ganhos	2024-2025	2025-2026
Publicidade	311 145	318 814
Alienações e Direitos desportivos	374 750	51 344
Outros	58 275	84 796
Totais	744 170	454 953

26 – INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

26.1 – Existe a responsabilidade solidária perante os credores da AAC/OAF, conforme disposto no nº 4 do artº. 22º do DL 10/2013 e pelas dividas fiscais e à segurança social referentes ao período anterior à reorganização e até ao limite dos ativos que tenham sido transferidos, de acordo com o artº. 7º da Lei 103/97.

26.2 – Os Honorários do Revisor Oficial de Contas são respeitantes exclusivamente à revisão das contas anuais e, importaram na época 2024/2025 em 2.400,00 e na época 2025/2026 em 2.400,00, bem como o montante de 3.250,00€ correspondente à certificação do licenciamento da UEFA e LPFP.

26.3 – Resultando das contas que metade do capital social se encontra perdido, implicando um capital próprio negativo em 4.677.175,81€, situação que se tem vindo a agravar sucessivamente, e encontrando-se esgotado o modelo de financiamento previsto nos estatutos, a gerência deliberou a apresentação do sócio único à insolvência na época 2022/2023, encontrando-se em curso nesta data o plano de recuperação homologado, da SDUQ.

26.4 – À data de 30 de Junho de 2026 os valores em dívida à AT e Segurança Social, encontravam-se garantidos através de planos prestacionais constituídos para o efeito, estando a gerência a cumprir com todos os pagamentos acordados.

27– ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não ocorreram acontecimentos relevantes que devam dar lugar a ajustamentos ou divulgações.

28. Outras informações

28.1 - A gerência apresenta no seu relatório de gestão a seguinte proposta de aplicação de resultados negativos em 645.755,22€.

- Que sejam mantidos na conta de Resultados Transitados.

29- Autorização de emissão das DF's:

As contas foram aprovadas pela gerência no dia 18 de Setembro de 2026.

Coimbra, 19 de Setembro de 2026

O Contabilista Certificado

Cédula Profissional nº. 49438 (OCC)

António Amaral

Assinado por: **António Manuel
Ferreira Amaral**
Num. de Identificação: 06582270
Data: 2026.09.26 18:58:04+01'00'



A GERÊNCIA

Assinado por: Joaquim Pedro Cardoso dos Reis
Num. de Identificação: BI09759433
Data: 26-09-2026 19:16:31 +01:00



Assinado por: Salvador Manuel Fareleiro Lacerda
Arnaut
Num. de Identificação: BI10529533
Data: 26-09-2026 19:11:16 +01:00



Assinado por: Isabel Margarida Pereira da Costa
Garrido
Num. de Identificação: BI07637892
Data: 26-09-2026 19:08:50 +01:00





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da sociedade **Associação Académica de Coimbra-Organismo Autónomo de Futebol, SDUQ, Lda**, (a Entidade), que compreendem o Balanço em 30 de junho de 2026 (que evidencia um total de 537.136 euros e um total de capital próprio negativo de 4.677.176 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 645.755 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos números 1 a 4 da secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Associação Académica de Coimbra-Organismo Autónomo de Futebol, SDUQ, Lda**, em 30 de junho de 2026 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

1. A rubrica outras contas a receber apresenta indevidamente um montante de 118,3 milhares de euros a receber de funcionários, montante correspondente a pagamentos efetuados em cumprimento do definido judicialmente no plano de recuperação em curso. Os gastos relativos aos correspondentes créditos salariais foram devidamente acrescidos nos exercícios a que respeitavam, encontrando-se relevados na rubrica outras dívidas a pagar. Por não terem sido efetuados os processamentos correspondentes às prestações pagas, nem se ter obtida informação do Fundo de Garantia Salarial sobre os montantes eventualmente por este entregues a funcionários, não nos foi possível confirmar as correções que se mostram devidas nas referidas rubricas.
2. Os procedimentos de auditoria planeados foram limitados pelo facto de não terem sido obtidas diversas respostas aos pedidos de confirmação externa de saldos. Não foi possível efetuar procedimentos alternativos conclusivos relativos a saldos nos montantes de 166,0, 36,0, 26,8 e 25,8 milhares de euros, relativos às rubricas de outras créditos a receber, outras dívidas a pagar, clientes e fornecedores, respetivamente, pelo que não nos podemos pronunciar quanto a eventuais ajustamentos que poderiam ser considerados necessários.



Também, por a contabilidade do Sócio Único não se encontrar fechada à data de referência das demonstrações financeiras, não nos foi possível apurar eventuais ajustamentos que poderiam ser considerados necessários na rubrica outras contas a pagar – AAC/OAF (Sócio) do passivo, para a qual obtivemos resposta superior em 11.4 milhares de euros e na rubrica clientes, para a qual obtivemos uma resposta inferior em 12.4 milhares de euros, baseadas em elementos contabilísticos provisórios.

3. Mantém-se em contas a regularizar valores a débito de 40,2 milhares de euros e a crédito de 6,3 milhares de euros, reconhecidos respetivamente em outros créditos a receber e outras dívidas a pagar. Desconhecem-se as rubricas de contrapartida dos respetivos movimentos nas demonstrações financeiras.
4. Por nem todos os rendimentos de publicidade se encontrarem suportados por contrato escrito, não nos foi possível fazer a correspondência entre os rendimentos escriturados e os valores que eventualmente constam ou deveriam constar dos mesmos.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Incerteza material relacionada com a continuidade

Sem afetar a opinião expressa na secção “Opinião com reservas” acima, chamamos a atenção para o referido no Relatório de Gestão e nota 26.3 do Anexo às demonstrações financeiras onde a Gerência refere a debilidade da situação líquida apresentada pelas demonstrações financeiras e o plano de recuperação em curso, após apresentação da Entidade à insolvência.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam



suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos números 1 a 3 da secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Coimbra, 26 de setembro de 2026



Leal & Associado
SROC, Lda

representada por

JOSÉ LUÍS DE SOUSA
LEAL

Assinado de forma digital por JOSÉ
LUÍS DE SOUSA LEAL
Dados: 2026.09.26 20:04:59 +01'00'

Sousa Leal
ROC 616

**Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Contas de 2025/2026 da
Associação Académica de Coimbra, Organismo Autónomo de Futebol,
SDUQ, Lda.**

Nos termos da lei e dos estatutos, vimos, enquanto membros do Conselho Fiscal da Associação Académica de Coimbra, Organismo Autónomo de Futebol, SDUQ, Lda. ("entidade"), submeter à consideração dos Associados o nosso parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados, de Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa e o Anexo relativos ao exercício findo em 30 de junho de 2026. No âmbito das nossas funções:

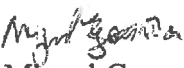
1. Acompanhámos regularmente a atividade da entidade, tendo sido feitas reuniões formais do CF, participado em reuniões do órgão de gestão e feito reuniões com membros deste órgão, com o Contabilista Certificado e com o Revisor Oficial de Contas, nas quais se discutiram diversos aspetos de natureza económica e financeira e limitações ao nível da organização interna.
2. Analisámos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2026, tendo procedido às confirmações consideradas adequadas e possíveis. Salienta-se a reexpressão dos comparativos das demonstrações financeiras, na sequência dos ajustamentos a reclassificações contabilísticas relativos a exercícios anteriores (detalhados na nota 6 do Anexo).). Considerando a redação das reservas constantes na certificação legal das contas, cremos que as situações aí referidas poderão vir a originar regularizações contabilísticas adicionais em exercícios posteriores.
3. Analisámos o Relatório de Gestão elaborado pela Gerência, que cumpre os requisitos legais.
4. Apesar do acompanhamento regular e do esforço dos membros do órgão de gestão em responder às nossas questões, o atraso nos procedimentos de encerramento de contas e na emissão das demonstrações financeiras e do relatório de gestão impediu que fossem elaboradas quaisquer recomendações a estes documentos.
5. É nossa convicção que a produção e análise tempestivas da informação contabilística levariam à regularização de algumas rubricas das demonstrações financeiras, cujas distorções estão assinaladas na certificação legal das contas. Recomendamos que seja elaborado um manual de controlo interno, que funcione como medida de prevenção e deteção de erros e de garantia do cumprimento de prazos.
6. Por fim, entendemos que o Relatório e Contas, com as reservas mencionadas na certificação legal das contas, representa razoavelmente a situação económica e financeira da entidade à data de 30 de junho de 2026, pelo que reúne as condições para ser aprovado.

Coimbra, 26 de setembro de 2026

Assinado por: **Daniel Martins**
Geraldo Taborda
Num. de Identificação: 10770631
Data: 2026.09.26 13:19:04+01'00'

Daniel Taborda
(presidente)


Ana Rosa Pais
(vogal)


Miguel Gouveia
(vogal)

JOSÉ
LUÍS DE
SOUSA
LEAL
Sousa Leal
(vogal ROC)

Assinado de
forma digital
por JOSÉ LUIS
DE SOUSA LEAL
Data: 2026.09.26
14:22:38
+01'00'

